

Zurich Brasil Companhia de Seguros

CNPJ/MF nº 96.348.677/0001-94

Relatório da Administração

Senhores acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da **Zurich Brasil Companhia de Seguros** (anteriormente denominada QBE Brasil Seguros S/A) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Segundo a legislação societária, fica assegurado aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício. Em fevereiro de 2018, o Grupo Zurich Seguros celebrou acordo para adquirir as operações do grupo QBE Seguros, na América Latina.

A partir de 02 de julho de 2018, a Zurich Minas Brasil Seguros S.A. passou a ser a Controladora das operações da QBE no Brasil. Esta operação foi aprovada pela SUSEP através da Portaria nº 7.209 de 17/09/2108.

Investimentos

Os investimentos, que são ativos garantidores das provisões técnicas, composto por títulos de renda fixa e quotas de fundos de investimentos atingiram ao final do exercício, o montante de R\$ 88.300 mil (R\$ 108.428 mil em 31 de dezembro de 2017). Os ativos financeiros estão classificados na categoria "Disponível para Venda" em atendimento a Circular SUSEP

nº517/15 e suas respectivas alterações. Todos os ativos financeiros estão vinculados às câmaras de liquidação (SELIC e CETIP) e são 100% oferecidos como ativos garantidores.

Provisões Técnicas

O valor contabilizado das provisões técnicas, em 2018 era de R\$ 117.623 mil (R\$ 158.357 mil em 31 de dezembro de 2017).

Desempenho Operacional

A Zurich Brasil Companhia de Seguros apresentou em 2018, prejuízo de R\$ 55.020 mil (prejuízo de R\$ 78.205 mil em 31 de dezembro de 2017). Os ativos totais atingiram o montante de R\$ 268.001 mil em 2018 (R\$ 351.865 mil em 31 de dezembro de 2017), enquanto que o patrimônio líquido atingiu R\$ 56.770 mil (R\$ 94.462 mil em 31 de dezembro de 2017).

O volume de prêmios emitidos atingiu R\$ 230.280 mil em 2018 (R\$ 359.612 mil em 31 de dezembro de 2017) e os prêmios ganhos atingiram R\$ 263.092 mil em 2018 (R\$ 321.824 mil em 31 de dezembro de 2017).

As despesas administrativas atingiram R\$ 35.999 mil em 2018 (R\$ 39.725 mil em 31 de dezembro de 2017).

Perspectivas

O Grupo Zurich mantém suas expectativas positivas quanto ao crescimento

sustentável da economia brasileira, como afirmam seus crescentes investimentos no mercado segurador com foco em: aquisições, parcerias estratégicas na distribuição de produtos, desenvolvimento de produtos adequados à realidade brasileira e mais competitivos. Somam-se a estes os crescentes investimentos em tecnologia da informação e marketing, importantíssimos para o processamento de alto nível e a prestação de serviços de excelência em qualidade e valor, conforme os padrões globais da Zurich.

Na opinião da administração, estes crescentes investimentos aliados ao foco estratégico nos clientes, sobretudo em suas necessidades e desejos, trarão a escala e a eficácia operacionais necessárias à concretização das metas do Grupo Zurich, que por meio desta sinergia, as expectativas positivas se estendem também para a Zurich Brasil Companhia de Seguros.

Agradecimentos

A Zurich Brasil Companhia de Seguros agradece à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP pelo apoio e orientações obtidas. Aos nossos profissionais e colaboradores manifestamos o nosso reconhecimento pela dedicação e pela qualidade dos serviços prestados.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2019.

A Administração

Balancos Patrimoniais (Em milhares de reais)			Passivo			
Ativo	Nota	2018	2017	Nota	2018	2017
Circulante		168.443	286.025	Circulante	192.726	242.825
Disponível	7	3.723	2.407	Contas a pagar	10.124	20.104
Caixa e bancos		3.723	2.407	Obrigações a pagar	8,4	3.990
Aplicações	8,1	12.244	79.723	Impostos e encargos sociais a recolher	8,5	5.122
Créditos das operações com seguros e resseguros		92.497	133.479	Encargos trabalhistas		1.634
Prêmios a receber	8,2 (a)	81.604	122.360	Impostos e contribuições	8,6	50
Operações com seguradoras	8,2 (b)	3.543	3.158	Outras contas a pagar		3.951
Operações com resseguradoras	8,2 (d)	7.350	7.961	Débitos de operações com seguros e resseguros		43.247
Outros créditos operacionais	8,2 (c)	9.062	10.126	Prêmios a restituir		534
Ativos de resseguro e retrocessões – provisões técnicas	8,2 (d)	6.774	8.660	Operações com seguradoras		38
Títulos e créditos a receber		1.991	2.872	Operações com resseguradoras	8,7	10.754
Títulos e créditos a receber		740	69	Corretores de seguros e resseguros		2.988
Créditos tributários e previdenciários	8,3	924	392	Outros débitos operacionais	8,8	28.933
Depósitos judiciais e fiscais	11	–	225	Depósitos de terceiros	8,9	29.725
Outros créditos	8,2 (e)	327	2.186	Provisões técnicas – seguros	14/15	109.630
Outros valores e bens		1.931	548	Danos		73.385
Bens a venda	8,2 (f)	1.931	548	Pessoas		36.245
Despesas antecipadas	9	1.578	787	Passivo não circulante		18.505
Custos de aquisição diferidos	10	38.643	47.423	Provisões técnicas – seguros	14/15	7.993
Seguros		38.643	47.423	Danos		7.572
Ativo não circulante		99.558	65.840	Pessoas		421
Realizável a longo prazo		94.145	54.152	Outros débitos	22	2.914
Aplicações	8,1	76.056	28.705	Provisões judiciais		2.914
Créditos das operações com seguros e resseguros		–	101	Débitos diversos	8/10	7.598
Operações com seguradoras	8,2 (b)	–	101	Patrimônio líquido	19	56.770
Ativos de resseguro e retrocessões – provisões técnicas	8,2 (d)	15	–	Capital social	19 (a)	172.528
Títulos e créditos a receber		835	930	Aumento de capital (em aprovação)	19 (b)	19.500
Créditos tributários e previdenciários	8,3	–	114	Ajuste de avaliação patrimonial		(2.109)
Depósitos judiciais e fiscais	11	835	816	Prejuízos acumulados		(133.149)
Outros valores e bens		114	–	Total do passivo e do patrimônio líquido		268.001
Despesas antecipadas	9	–	1.884			351.865
Custos de aquisição diferidas	10	17.125	22.532			
Seguros		17.125	22.532			
Imobilizado	13	1.202	1.268			
Bens móveis		1.202	990			
Outras imobilizações		–	278			
Intangível	12	4.211	10.420			
Outros intangíveis		4.211	10.420			
Total do ativo		268.001	351.865			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			
	Nota	2018	2017
Prêmios emitidos	4,4	230.280	359.612
Varição das provisões técnicas de prêmios		32.812	(37.788)
Prêmios ganhos	21/23 a	263.092	321.824
Sinistros ocorridos	21/23 b	(131.562)	(146.663)
Custos de aquisição	21/23 c	(125.025)	(168.004)
Outras receitas e despesas operacionais	23 d	(6.449)	(34.205)
Resultado com resseguro	23 e	(19.603)	5.941
Receita com resseguro		3.493	18.814
Despesa com resseguro		(23.096)	(12.873)
Despesas administrativas	23 f	(35.999)	(39.725)
Despesas com tributos	23 g	(8.879)	(11.914)
Resultado financeiro	23 h	8.921	9.094
Resultado operacional		(55.504)	(63.652)
Resultado antes dos impostos e participações		(55.504)	(63.652)
Imposto de renda	17	–	(7.139)
Contribuição social	17	–	(6.089)
Participações sobre o resultado	2,2.15	484	(1.325)
Prejuízo do exercício		(55.020)	(78.205)
Quantidade de ações (em milhares)		696.047	495.355
Prejuízo do exercício por ação (em reais)		(0)	(0)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente exercício findo em 31 de Dezembro (Em milhares de reais)			
	2018	2017	
Prejuízo do exercício	(55.020)	(78.205)	
Ajuste de avaliação patrimonial	(2.222)	(154)	
Efeito tributário do ajuste de avaliação patrimonial	51	69	
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	(2.171)	(85)	
Total do resultado abrangente do exercício	(57.191)	(78.290)	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			
Atividades operacionais	Nota	2018	2017
Prejuízo do exercício		(55.020)	(78.205)
Ajustes para:			
Depreciações e amortizações		7.913	5.982
Perda (reversão de perdas) por redução ao valor recuperável de ativos		9.679	7.489

Variações das contas patrimoniais			
	2018	2017	
Aplicações	17.957	(29.426)	
Créditos das operações de seguros e resseguros	25.195	(48.804)	
Ativos de resseguro e retrocessões – provisões técnicas	1.871	596	
Créditos fiscais e previdenciários	(418)	19.243	
Depósitos judiciais e fiscais	206	(30)	
Despesas antecipadas	1.093	12.875	
Custo de aquisição diferidos	14.187	4.602	
Outros ativos	754	(45)	
Impostos e contribuições	(4.081)	4.310	
Outras contas a pagar	(1.321)	2.843	
Débitos de operações com seguros e resseguros	4.920	(6.313)	
Depósitos de terceiros	1.119	25.305	
Provisões técnicas – seguros e resseguros	(40.734)	56.762	
Provisões judiciais	133	1.444	
Caixa consumido pelas operações	(16.547)	(21.372)	
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(16.547)	(21.372)	
Atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	13	(883)	(238)
Despesas de desenvolvimento	12	(754)	(5.501)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(1.637)	(5.739)	
Atividades de financiamento			
Aumento de capital	19 (b)	19.500	27.500
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	19.500	27.500	
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	1.316	389	
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	2.407	2.018	
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	3.723	2.407	
Aumento do caixa e equivalente de caixa	1.316	389	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)						
	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Reserva de lucro	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	117.668	27.360	77	147	–	145.252
Aumento de capital – AGE de 25/07/2017 – Portaria SUSEP nº 585 de 09/06/2017	16.300	–	–	–	–	16.300
Aumento de capital - AGE de 05/12/2016 – Portaria SUSEP nº 223 de 20/02/2017	27.360	(27.360)	–	–	–	–
Aumento de capital em aprovação	–	11.200	–	–	–	11.200
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	(85)	–	(85)
Prejuízo do Exercício	–	–	–	–	(78.205)	(78.205)
Reservas Estatutárias	–	–	(77)	–	77	–
Saldos em 31 de dezembro de 2017	161.328	11.200	–	62	(78.128)	94.462
Aumento de capital em aprovação	–	7.500	–	–	–	7.500
Aumento de capital em aprovação	–	12.000	–	–	–	12.000
Aumento de capital - AGE de 22/11/2017 – Portaria SUSEP nº 737 de 08/01/2018	11.200	(11.200)	–	–	–	–
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	(2.171)	–	(2.171)
Prejuízo do Exercício	–	–	–	–	(55.020)	(55.020)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	172.528	19.500	–	(2.109)	(133.148)	56.770

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro 2018 (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Zurich Brasil Companhia de Seguros ("Seguradora") (nova razão social da QBE Brasil Seguros S.A.) é uma sociedade constituída sob a forma de sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, na Av. Jornalista Roberto Marinho, 85 – 21º andar e que tem como objeto social operar em seguros dos ramos elementares, como definidos em lei e em seguros de pessoas, em qualquer uma de suas modalidades ou formas. Seu principal acionista é a Zurich Minas Brasil Seguros S.A., detentora de 100% das ações ordinárias.

A Seguradora atua principalmente na comercialização de seguros massificados, em todo território nacional, distribuídos principalmente através de concessionárias de serviços públicos, grandes redes do comércio varejista, instituições financeiras, administradoras de cartões de crédito e grupos de afinidade, intermediado por corretores de seguros. Opera também em seguros de equipamentos, auto simplificado e seguros de transportes nacional e internacional.

Em fevereiro de 2018, o Grupo Zurich Seguros celebrou o acordo para adquirir as operações do grupo QBE Seguros, na América Latina.

A partir de 02/07/2018, a Zurich Minas Brasil Seguros S.A. passou a ser a Controladora das operações da QBE no Brasil. A nova denominação social da QBE é Zurich Brasil Companhia de Seguros, sendo que esta operação foi aprovada pela SUSEP através da Portaria nº 7.209 de 17/09/2108.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 19/02/2019.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações estão definidas abaixo. Tais políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 – Apresentação das demonstrações financeiras

(a) Base de elaboração

As demonstrações financeiras da Seguradora foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 11.638/07 alterada pela Lei nº 11.941/09), em conjunto com os pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) através da Circular nº 517/2015 e alterações posteriores, a qual requereu a aplicação integral das disposições e os critérios contidos nos mesmos com exceção aos que contrariem a referida Circular SUSEP, bem como com as normas regulamentadas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o julgamento por parte da Administração no processo de aplicação de políticas contábeis da Seguradora. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3.

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Seguradora são avaliados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Seguradora atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Seguradora.

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Seguradora, utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos, denominados em moeda estrangeira, resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço, são reconhecidos no resultado.

2.2 – Principais políticas contábeis

2.2.1 – Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.2.2 – Ativos financeiros

(a) Mensuração e classificação

Os ativos financeiros são classificados e mensurados de acordo com as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) disponíveis para venda, (iii) mantidos até o vencimento e (iv) empréstimos e

Zurich Brasil Companhia de Seguros

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

e PIS e COFINS a compensar (nota 8.3).

2.2.4 – Depósitos judiciais e fiscais

Referem-se, basicamente, a garantias de processos judiciais de sinistros em julgamento, cujos valores reclamados encontram-se registrados na provisão de sinistros a liquidar, e a processo fiscal referente à composição das bases de cálculo do PIS dos anos de 1997, 1998 e 1999 (nota 11).

2.2.5 – Intangível

Softwares – São gastos com desenvolvimento de sistemas e licença de uso de software que são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e nos necessários para fazer com que os mesmos estejam prontos para serem utilizados. São amortizados pelo método linear, pelo prazo de 60 meses.

Os custos relativos ao desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Seguradora, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Outros Intangíveis – São gastos relacionados com a exploração dos canais de distribuição. Os investimentos previstos nos contratos são baseados em estimativas de produção, registrados pelo seu valor justo na data de assinatura dos contratos e amortizados conforme o prazo do contrato.

2.2.6 – Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, aplicando-se as seguintes taxas anuais, que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens: 10% para máquinas, móveis e utensílios (vida útil estimada de 10 anos) e 20% para veículos, equipamentos de informática e de telecomunicações, despesas com instalações (todos com vida útil estimada de 5 anos) e gastos com adaptação e instalação da sede da Seguradora amortizada de acordo com os prazos contratuais de locação.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil deste for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos no grupo "ganhos ou perdas com ativos não correntes" na demonstração de resultado.

2.2.7 – Obrigações a pagar

Referem-se a provisões para pagamentos a fornecedores e a provisão para participação nos lucros dos funcionários (nota 8.4).

2.2.8 – Depósitos de terceiros

Referem-se, basicamente a prêmios recebidos cujas apólices/faturas ainda não foram emitidas e a parcelas ainda não baixadas de prêmios a receber (nota 8.9).

2.2.9 – Contratos de seguros

Na adoção inicial do CPC 11, a Seguradora efetuou o processo de classificação de todos os contratos de seguro e resseguro com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes no contrato, considerando adicionalmente, todos os cenários com substância comercial onde o evento segurado ocorre, comparado com cenários onde o evento segurado não ocorre. A Seguradora emite diversos tipos de contratos de seguros em diversos ramos que transferem risco de seguro, risco financeiro ou ambos. Como guia geral, a Seguradora define risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) que são maiores do que os benefícios pagos caso o evento segurado não ocorra.

Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro do CPC 11. Todos os contratos de resseguro foram classificados como contratos de seguro por transferirem risco significativo de seguro entre as partes no contrato.

2.2.10 – Provisões técnicas de seguros

A **Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)** é constituída pela parcela dos prêmios emitidos de seguros, bruta e líquida de resseguro, correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros de danos e pessoas.

A **Provisão de Prêmios não Ganhos de Riscos Vigentes mas não Emitidos – RVNE** é constituída para apurar a parcela de prêmios ainda não ganhos relativos às apólices ainda não emitidas, cujos riscos já estão vigentes. A apuração é efetuada com a estimativa do volume final dos prêmios emitidos líquidos de cancelamento por data de início de vigência, considerando os atrasos futuros para o cálculo da PPNG-RVNE, utilizando como base de dados o histórico das emissões atrasadas já ocorridas. O cálculo é reavaliado mensalmente.

A **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)** é constituída com base em estimativas de indenizações, líquidas de recuperações de cosseguros cedidos e brutas de resseguro, para os eventos ocorridos e devidamente notificados pelos segurados e/ou beneficiários até a data do balanço e atualizadas monetariamente, quando aplicável. Esta provisão contempla, quando aplicável, os ajustes para desenvolvimento dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final (IBNER).

A **Provisão de Sinistros a Liquidar em disputa Judicial (PSLJ)** Processos judiciais – é calculada verificando-se o risco a partir da análise da demanda judicial, atendo-se ao risco para cada uma das demandas trazidas à apreciação, o valor pedido e o valor sugerido, levando-se em consideração a probabilidade de desembolso financeiro, baseado na análise do departamento jurídico interno da Seguradora, que leva em consideração o histórico passado e o curso das ações. A Seguradora efetua atualização monetária dos processos de acordo com o índice IPCA e FAJ e correção monetária e juros. Os honorários de sucumbências são igualmente estimados e são registrados na provisão de despesa relacionada.

Os sinistros em moeda estrangeira são atualizados mensalmente e é aplicada correção monetária em casos específicos. Os honorários de sucumbência são registrados tão logo é exarada a sentença.

Na nota 18 são apresentadas duas tabelas: i) sinistros judiciais que se tornaram obrigação presente e ii) sinistros judiciais pendentes de pagamento, com segregação por faixa de idade.

A **Provisão de Despesas relacionadas (PDR)** é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros.

A **Provisão de Despesas relacionadas Sinistros Judicial (PDRJ)** é constituída no percentual de 10% do valor em risco para todos os sinistros judiciais de acordo com metodologia atuarial, independente da classificação das probabilidades de perda.

A **Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR)** é constituída bruta de resseguro e tem por objetivo garantir a cobertura dos valores esperados a liquidar referentes a sinistros ocorridos mas ainda não registrados pela companhia até a data-base das demonstrações financeiras, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutas das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido.

O IBNR sobre operações de seguro direto e cosseguro aceito é constituído em consonância com as normas do CNSP e está sendo calculado utilizando o método Bornhuetter-Ferguson, que é baseada na combinação de sinistralidade esperada e evolução de fatores de desenvolvimento de sinistros ocorridos mas não avisados apurada através dos conhecidos Triângulos de Run-Off.

A **Provisão Complementar de Cobertura – (PCC)** é constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos – TAP.

As provisões técnicas das operações de retrocessão foram constituídas com base nas informações recebidas do IRB-Brasil Resseguros S.A.

2.2.11 – Teste de adequação do passivo (TAP)**Objetivo e resultados obtidos**

O teste de adequação do passivo é realizado, com o objetivo de averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, de acordo com a CPC 11 e premissas mínimas determinadas pela Circular SUSEP nº 544/2016 e atualizações posteriores.

O teste foi realizado considerando os fluxos de caixa futuros das obrigações oriundas dos contratos e certificados vigentes em 31/12/2018, brutos de resseguro, com premissas atuariais atualizadas na data base do teste. Para o grupo de pessoas coletivo, foi considerado seis meses futuros de emissão, que corresponde em média aos prêmios devidos até a próxima renovação. Todas as despesas incidentes neste prêmio foram consideradas, excluindo despesas referentes à venda de novos negócios. A sinistralidade foi projetada utilizando-se o método de desenvolvimento de sinistros, podendo ser ajustada pelo método de Bornhuetter-Ferguson. Os fluxos foram trazidos a valor presente pela taxa a termo livre de risco Pré, obtida a partir de parâmetros fornecidos pela SUSEP para dezembro 2018. Em 31/12/2018 e 31/12/2017 a Seguradora realizou o cálculo do TAP e não identificou insuficiência.

2.2.12 – Provisões para ações judiciais

• As provisões para ações judiciais de natureza cível não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, e as de natureza trabalhista são contabilizadas com base na opinião de nossos consultores jurídicos. As ações trabalhistas são corrigidas mensalmente pela TR – Taxa Referencial. Os correspondentes depósitos judiciais, quando aplicável, estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais” no ativo não circulante.

• As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base na opinião de nossos consultores jurídicos. As mesmas estão contabilizadas na rubrica “Provisões judiciais” e os correspondentes depósitos judiciais em “Depósitos judiciais e fiscais” no ativo não circulante e que também são atualizados mensalmente pela SELIC.

• A Seguradora questiona judicialmente a legitimidade de alterações introduzidas na legislação fiscal em relação a:

o Não dedutibilidade da contribuição social de sua própria base de cálculo e do imposto de renda; e

o Composição das bases de cálculo do PIS nos anos de 1994 a 1999.

• Foram constituídas provisões para os valores não recolhidos relativos aos tributos que a Seguradora questiona. Essas provisões estão registradas no exigível a longo prazo (nota 22).

• Os eventuais ganhos contingentes serão reconhecidos quando da decisão definitiva em favor da Seguradora.

2.2.13 – Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social dos períodos referidos inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. A Seguradora reconhece no resultado do período os efeitos do imposto de renda e da contribuição social, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, onde nestes casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

A provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10%, na forma da lei, e a provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20%, sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação vigente.

2.2.14 – Benefícios a empregados

As provisões trabalhistas, principalmente relativas a férias, 13º salário e os respectivos encargos sociais são calculadas e registradas segundo o regime de competência.

A Seguradora oferece a seus empregados a opção de participar de um plano de previdência de contribuição definida (PGBL – Plano Gerador de Benefícios Livres). A Seguradora participa com até 300% da contribuição do empregado, limitado a 5% do salário bruto. Em 2018 a Seguradora contribuiu com R\$ 177 (R\$ 135 em 31/12/2017).

2.2.15 – Participação nos lucros e resultados (PLR)

A Seguradora possui plano de participação nos lucros e resultados baseado em metas definidas pela Diretoria e o mesmo é registrado no sindicato dos Securitários. Em 31/12/2018 foi contabilizado o valor de R\$ 484 (-R\$ 1.325 em 31/12/2017). As metas e o montante de participação de cada funcionário são definidos em reunião anual de planejamento estratégico.

2.2.16 – Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido, quando a Seguradora não possuir a obrigação de transferir caixa ou outros ativos para terceiros.

2.2.17 – Reconhecimento da receita**• Apuração do resultado**

O resultado é apurado de acordo com as normas emitidas pela SUSEP, e considera os prêmios emitidos, as comissões e agenciamentos, os sinistros, as despesas administrativas e os respectivos impostos incidentes sobre o resultado.

(a) Reconhecimento de prêmios emitidos de contratos de seguro

O resultado é apurado pelo regime de competência e considera a apropriação dos prêmios e comissões e agenciamentos deduzidos, quando aplicável, dos cancelamentos, restituições e cessões em cosseguros e resseguros, de acordo com o prazo de vigência das apólices. O imposto sobre operações financeiras (IOF) a recolher, incidente sobre os prêmios a receber, é registrado no passivo da Seguradora e é retido e recolhido simultaneamente ao recebimento do prêmio.

(b) Sinistros

São reconhecidos com base em estimativas de indenizações, líquidas de recuperações de cosseguros cedidos, para os eventos ocorridos e devidamente notificados pelos segurados e/ou beneficiários até a data do balanço e atualizadas monetariamente, quando aplicável.

3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

(a) Estimativas utilizadas para avaliação de créditos tributários

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no limite de que seja provável que resultados futuros tributáveis estejam disponíveis. Esta área requer a utilização de alto grau de julgamento da Administração da Seguradora, na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e à determinação de horizonte de geração de resultados futuros tributáveis. Para esses créditos também são consideradas as normas vigentes previstas na Circular Susep nº 517/2015 e alterações posteriores.

(b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros

Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora irá liquidar em última instância. A Seguradora utiliza todas as fontes de informações internas e externas disponíveis sobre a experiência passada e indicadores que possam influenciar as decisões da Administração, do atuário e dos especialistas da Seguradora para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Como consequência, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

(c) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas
A Seguradora é parte em processos judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis em aberto na data de preparação das demonstrações financeiras. O processo utilizado pela Administração para a contabilização das estimativas contábeis leva em consideração a opinião de consultores jurídicos e a evolução dos processos e *status* (ou instância) de julgamento. Além disso, a Seguradora utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, informações históricas de perdas em que existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição dessas provisões segundo o CPC 25.

(d) Estimativas de valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Seguradora usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam, principalmente, nas condições de mercado existentes na data do balanço.

(e) Estimativas utilizadas para redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Seguradora aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Nesta área, a Seguradora aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros.

A Seguradora utiliza as orientações contidas no CPC 38 para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está *impaired*. Essa determinação requer um julgamento que utiliza, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento e fluxo de caixa operacional e financeiro.

4. Gestão de Riscos

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Seguradora são os riscos de mercado (taxas de juros e risco cambial), de crédito, de liquidez, de riscos de seguros, de concorrência e de risco de capital. O gerenciamento desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela Administração.

4.1 – Gestão de risco financeiro**4.1.1 – Risco de mercado (taxa de juros)**

É o risco de que o valor de um ativo financeiro se altere em virtude de variações na taxa de juros e que possam trazer impactos ao valor justo do portfólio das aplicações financeiras.

A Seguradora adota a política de aplicação em títulos públicos federais e fundos de curto prazo. A carteira de aplicações financeiras da Seguradora está, em sua quase totalidade, exposta à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico.

A metodologia para o gerenciamento do risco de mercado baseia-se no cálculo do TE (Tracking Error). Além do cálculo do TE, são realizados testes de stress para verificar a perda esperada em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios semanais sobre os cenários além de análises mensais sobre os investimentos. O conceito de Tracking Error se utiliza da volatilidade da diferença dos retornos (Fundo – Benchmark) que para o fundo cambial utiliza com Benchmark a PTAX (Dolar). Estas análises são efetuadas pelo gestor do fundo de investimento – Santander.

As aplicações financeiras da Seguradora estão alocadas conforme os limites estabelecidos na Resolução CMN 4.444/2015 e alterações posteriores e Resolução CNSP 241/2011 e alterações posteriores.

A gestão da carteira de investimento é feita por banco de investimentos e os limites de exposição são monitorados e avaliados pela área financeira.

Em 31/12/2018, as aplicações financeiras da Seguradora totalizavam R\$ 88.300 (R\$ 108.428 em 31/12/2017). Do montante investido 99% dos recursos estão aplicados em títulos públicos (LTN), (LFT) e (NTN) e os demais 1%, exclusivamente em um único fundo de investimento.

4.2 – Risco de crédito

O risco de crédito pode ser entendido como o risco de não recebimento dos valores decorrentes dos prêmios de seguro. Devido às características da operação, comercialização de seguros massificados distribuídos principalmente através de concessionárias de serviços públicos, grandes redes do comércio varejista, instituições financeiras, administradoras de cartões de crédito e grupos de afinidade, o risco maior está concentrado na capacidade desses parceiros, principalmente redes do comércio varejista, de repassar os valores recebidos à Seguradora.

A Administração adota a política de acompanhamento periódico da situação financeira desses parceiros, via dados do SERASA, visando antecipar qualquer problema de inadimplência.

A Seguradora tem operação de cosseguro aceito com congêneres no ramo de seguros corporativos e sinistros de cosseguro cedidos pendentes.

4.3 – Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos, obrigações e possíveis investimentos em novos programas da Seguradora. A Administração elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e as arrecadações projetadas, para garantir o equilíbrio da Seguradora, sobretudo com relação aos ativos garantidores das provisões técnicas e a liquidez necessária para atender à legislação vigente.

A maturidade dos ativos e passivos está apresentada nas notas 8 e 14.

4.4 – Risco de seguro

A Seguradora comercializa em sua grande maioria produtos de baixa importância segurada, todos dentro de seu limite de retenção, com prêmios acessíveis e custos reduzidos. Os mesmos são comercializados e desenhados de acordo com as características de cada canal de distribuição, para adequação ao perfil de seus clientes em alguns casos apesar do risco estar dentro do seu limite de retenção a Seguradora utiliza contratos de resseguro cota-parte em função de estratégia comercial.

Para produtos com importância segurada fora do seu limite de retenção, por exemplo equipamentos, a Seguradora utiliza contratos de resseguro, cota-parte, excesso de danos e facultativo visando a adequação ao limite de retenção e também a diminuição dos riscos.

Todos os contratos de resseguro vigentes em 31/12/2018 foram realizados com as resseguradoras: Local – Swiss Re Brasil, Munich Re do Brasil, Terra Brasis, Austral e Eventual – Lloyd’s.

Foram previstos carregamentos variáveis sobre as taxas puras de cada cobertura, sendo que estes são compostos por despesas administrativas, margem de lucro e corretagem com intervalos que variam entre 1% e 99%. A distribuição, efetuada em todo território brasileiro, é um fator chave na operação de massificados, porque se destina a alcançar uma porção da população que não possui acesso a seguros.

A concentração de risco da Seguradora estava distribuída pelas regiões da seguinte maneira:

Prêmios emitidos líquidos – 2018						
Ramos	Centro-					
	Norte	Sul	Oeste	Nordeste	Sudeste	
Viagem	–	(39)	–	–	24.558	24.519
Acidentes pessoais	1.470	1.580	–	4.058	8.496	15.604
Vida em grupo	–	6	1.417	–	17.621	19.044
Rendas de Eventos						
Aleatórios	607	5	155	3.166	15.487	19.419
Prestamista	–	23.942	2	2.273	24.188	50.406
Riscos diversos	–	8.348	27	3.067	16.605	28.047
Garantia estendida	3.056	–	770	1.057	13.390	18.273
Automóvel	2.074	6	40	–	5.576	7.696
Transporte Nacional	–	–	–	–	7.613	7.613
Transporte Internacional	–	–	–	–	8.468	8.468
Microssseguro Danos	5	6.039	–	–	3.016	9.060
Compreensivo Residencial	3.128	–	–	–	2.916	6.044
Demais ramos	–	–	–	–	16.086	16.086
Total	10.338	39.888	2.413	13.622	164.019	230.280

Prêmios emitidos líquidos – 2017						
Ramos	Centro-					
	Norte	Sul	Oeste	Nordeste	Sudeste	
Viagem	–	34.425	–	–	58.680	93.106
Acidentes pessoais	783	1.739	–	3.967	12.343	18.833
Vida em grupo	–	3.801	1.923	–	18.028	23.752
Rendas de Eventos						
Aleatórios	256	2.313	205	3.514	14.862	21.150
Prestamista	–	16.885	2	2.105	20.672	39.663
Riscos diversos	1	3.028	325	2.515	20.689	26.559
Garantia estendida	3.189	–	917	1.377	13.004	18.487
Automóvel	998	6	49	2	61.184	62.239
Transporte Nacional	–	–	–	–	13.464	13.464
Transporte Internacional	–	–	–	–	6.140	6.140
Microssseguro Danos	–	5.119	–	–	3.680	8.799
Compreensivo Residencial	1.903	–	–	–	2.804	4.707
Demais ramos	–	6	–	–	22.706	22.713
Total	7.130	67.324	3.422	13.480	268.256	359.612

A frequência da sinistralidade é um fator crítico na gestão de seguro massificado. A Administração acompanha esta variável em todos os programas, e existem mecanismos, garantidos em contratos, que permitem a correção da taxa quando a sinistralidade atinge determinado patamar. Além disso, existem análises internas para acompanhar a evolução da sinistralidade dos programas e para auxiliar na implantação de ações corretivas.

Outro fator de risco de seguro consiste na capacidade de nossos parceiros de cumprirem as metas de vendas estabelecidas em cada programa, visando o retorno que possa cobrir todas as despesas e investimentos, e a rentabilidade esperada pela Administração. Cada novo negócio é avaliado pela área de subscrição, que leva em conta principalmente a capacidade do parceiro, tais como estrutura, histórico de venda de produtos similares, sistemas de informática, entre outros.

Outro risco é a capacidade do parceiro de repassar os valores recebidos dos segurados, em um momento de crise. Esta situação é gerenciada através de acompanhamento da situação financeira dos parceiros.

4.4.1 – Teste de sensibilidade

Os resultados da análise de sensibilidade estão apresentados abaixo. Para cada teste é demonstrado o impacto de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator.

Em função da troca do controle acionário, conforme mencionado na nota 1, o teste de 2018 está sendo apresentado de forma diferente de 2017, para adequação a metodologia do Grupo Zurich.

continua ...

Zurich Brasil Companhia de Seguros

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

Descrição	2018		2017							2017
	2018	2017	2018	2017	Saldo Inicial	Constituições	Reversões	Atualização monetária	Saldo Final	
PLA (total) = PLA (subtotal) + ajustes associados à variação valores econômicos	42.449	85.272								
Capital-base (a)	15.000	15.000								
Capital adicional de risco de subscrição	34.769	54.430			1.115	-	-	28	1.143	
Capital adicional de risco de crédito	5.171	8.701			1.115	-	-	28	1.143	
(-) Benefício da diversificação	(2.793)	(5.498)				2.401	-	-	2.401	
Capital adicional de risco operacional	1.222	1.723				1.311	-	-	1.311	
Capital adicional de risco de mercado	653	2.274								
Capital de Risco (b)	39.023	61.630								
Capital mínimo requerido (CMR) – maior valor entre (a) e (b)	39.023	61.630			222	786	-	197	1.205	
Suficiência de capital = (PLA – CMR)	3.426	23.641			222	84	-	21	327	
Ativos vinculados à cobertura das Provisões Técnicas	88.300	108.428								
Total das Provisões Técnicas a ser coberto	69.882	81.176								
Excesso a necessidade de cobertura de Provisões Técnicas	18.418	27.252								
20% do capital de risco (CR)	7.805	12.326								
Suficiência em relação ao (CR)	10.613	14.926								

					2018	2017
23. Detalhamento das Principais contas das Demonstrações do Resultado						
a) Prêmio Ganho						
Prêmios diretos					224.815	379.022
Prêmios de cosseguros aceitos de congêneres					4.988	4.486
Prêmios – riscos vigentes não emitidos					482	(23.913)
Prêmios cedidos em cosseguro					(5)	17
Variação das provisões técnicas de prêmio					32.812	(37.788)
Total					263.092	321.824
b) Sinistros ocorridos						
Sinistros diretos e de cosseguro aceito					(127.895)	(145.676)
Serviços de assistência					(7.335)	(4.535)
Salvados					4.110	1.420
Ressarcimentos					397	(471)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados					1.619	(3.821)
Var. prov. de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados					(2.458)	6.420
Total					(131.562)	(146.663)
c) Custo de aquisição						
Comissões					(19.871)	(20.258)
Agenciamento					(3.372)	(10.026)
Pro-Labore					(87.597)	(133.188)
Recuperações de comissões					1	-
Variação dos custos de aquisição diferidos (*)					(14.186)	(4.532)
Total					(125.025)	(168.004)
d) Outras receitas e despesas operacionais						
Com cobrança de seguros e outras receitas operacionais					2.269	36
Despesas com administração de apólices (**)					(3.181)	(14.957)
Lucros atribuídos					(453)	(9.829)
Despesas contingências cíveis					188	(1.311)
Redução ao valor recuperável					(2.190)	(5.712)
Outras despesas operacionais					(3.082)	(2.432)
Total					(6.449)	(34.205)

O limite de retenção é o valor máximo de responsabilidade que a Seguradora pode reter em cada risco isolado, determinado com base no valor dos respectivos patrimônios líquidos ajustados. Em 31/12/2018, os limites de retenção praticados pela Seguradora foram R\$ 720 (R\$ 1.023 em 31/12/2017) para os ramos: 0115, 0173, 0195, 0234, 0433, 0435, 0457, 0526, R\$ 1.801 (R\$ 2.558 em 31/12/2017) para os ramos: 0520, 0542, 0745, 0746, 0747, 0750, 0775, 0776, 0929, 0980, 1164, 1329, 1380, 1381, 1391, 1601, 1602 e R\$ 3.601 (R\$ 5.117 em 31/12/2017) para os ramos: 0111, 0114, 0116, 0118, 0141, 0167, 0171, 0196, 0310, 0351, 0378, 0531, 0553, 0621, 0622, 0627, 0632, 0638, 0652, 0654, 0655, 0656, 0658, 0739, 0740, 0748, 0749, 0969, 0977, 0981, 0982, 0984, 0987, 0990, 0991, 0993, 1369, 1377, 1384, 1387, 1390.

21. Principais Ramos de Atuação

Ramos	Prêmios ganhos		Sinistros ocorridos		Custo de aquisição		Índice Sinistralidade (%)		Índice Comissão-namento (%)	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Viagem	26.115	99.269	36.865	50.189	3.120	56.199	141,2	50,6	11,9	56,6
Acidentes pessoais	15.542	18.961	2.588	1.118	14.052	16.640	16,6	5,9	90,4	87,8
Vida em grupo	19.044	23.752	5.280	2.300	14.090	16.129	27,7	9,7	74,0	67,9
Rendas de eventos aleatórios	20.296	21.559	1.674	722	13.622	14.917	8,2	3,4	67,1	69,2
Prestamista	47.694	35.536	3.473	3.155	28.441	26.063	7,3	8,9	59,6	73,3
Riscos diversos	27.211	25.808	5.255	14.194	13.059	11.763	19,3	55,0	48,0	45,6
Garantia estendida	17.632	14.470	1.582	2.707	14.436	7.330	9,0	18,7	81,9	50,7
Automóvel	30.393	38.416	40.330	40.450	2.291	2.916	132,7	105,3	7,5	7,6
Transporte nacional	11.711	9.763	13.832	7.517	2.252	2.704	118,1	77,0	19,2	27,7
Transporte internacional	10.907	-	3.044	-	2.130	-	-	-	19,5	-
Microseguro danos	9.276	7.261	3.997	2.350	5.421	4.826	43,1	32,4	58,4	66,5
Compreensivo residencial	5.634	-	3.884	-	4.901	-	-	-	87,0	-
Demais ramos	21.637	27.029	9.758	21.961	7.210	8.517	45,1	81,2	33,3	31,5
Total	263.092	321.824	131.562	146.663	125.025	168.004	50,0	45,6	47,5	52,2

22. Contingências e Obrigações Legais

As contingências passivas são demonstradas abaixo:

Descrição	Saldos em 2017		Atualização monetária		Saldos em 2018	
	2017	2017	2017	2017	2018	2018
a) Fiscais						
IRPJ – 1998 – dedução da CSLL da base	34	1	34	1	35	35
PIS – 1994 e 1995 – base de cálculo	266	5	266	5	271	271
PIS – 1996 a 1999 – base de cálculo	843	15	843	15	858	858
Total	1.143	21	1.143	21	1.164	1.164

b) Trabalhistas – A contingência foi realizada quanto aos processos trabalhistas atualmente em trâmite e apenas 1 deles se encontra em fase de execução com cálculos já realizados pela Vara do Trabalho e houve o respectivo depósito da quantia em conta judicial à disposição dos reclamantes.

c) Cíveis – Os processos de natureza cível versam principalmente quanto à inconformidade com questões securitárias, resultando em perdas e danos, bem como danos morais.

A Seguradora possui as seguintes quantidades de ações judiciais, segregadas segundo a sua natureza, probabilidade de perda, valores estimados e provisionados:

Fiscais (i)	2018		
	Quantidade	Valor em risco	Valor contábil
Provável	4	1.164	1.164
Total	4	1.164	1.164
Cíveis			
Remota	119	314	170
Possível	469	957	713
Provável	105	242	243
Total	693	1.513	1.126
Trabalhista			
Remota	6	62	26
Possível	7	229	246
Provável	9	412	352
Total	22	703	624
Total Geral	719	3.380	2.914

Fiscais (i)	2017		
	Quantidade	Valor em risco	Valor contábil
Remota	1	266	266
Possível	2	843	843
Provável	1	34	34
Total	4	1.143	1.143
Cíveis			
Remota	62	768	59
Possível	321	709	255
Provável	363	924	997
Total	746	2.401	1.311
Trabalhista			
Remota	22	975	97
Provável	1	230	230
Total	23	1.205	327
Total Geral	773	4.749	2.781

(i) Referem-se a obrigações legais

A tabela abaixo demonstra a movimentação das provisões durante o período.

Fiscais	2018				
	Saldo Inicial	Constituições	Reversões	Atualização monetária	Saldo Final
Valor em risco	1.143	-	-	21	1.164
Valor provisionado	1.143	-	-	21	1.164
Cíveis					
Valor em risco	2.401	-	(888)	-	1.513
Valor provisionado	1.311	-	(184)	-	1.127
Trabalhista					
Valor em risco	1.205	247	(389)	(360)	703
Valor provisionado	327	229	(246)	314	624

Diretores		Contador		Atuária	
Peter Rebrin	Omar Santana da Silva Junior	Luis Fernando dos Santos – CRC 1SP 225.230/O-0		Fernanda Lores – MIBA 1740	

Comitê de Auditoria

Introdução	1. Atividades do Comitê	3. Auditoria Externa
O Comitê de Auditoria (o "Comitê") da ZURICH BRASIL COMPANHIA DE SEGUROS ("Seguradora") é constituído nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP nº 321/15 e alterações posteriores, tendo o seu regulamento revisado e aprovado pelo Conselho de Administração da Seguradora.	No decorrer do exercício de 2018, o Comitê desenvolveu as seguintes atividades, cujos temas e discussões abordados, foram:	O Comitê avaliou que os trabalhos desenvolvidos pelos auditores externos da Seguradora, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, foram adequados para suportar a sua opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2018.
Compete ao Comitê assessorar o Conselho de Administração na supervisão (i) da qualidade e integridade das demonstrações financeiras, (ii) do cumprimento pela Seguradora das exigências legais e regulamentares, (iii) das habilitações e independência dos Auditores Externos, (iv) do desempenho da função da auditoria interna da Seguradora e dos auditores externos, e (v) das atividades de gerenciamento de riscos e de controles internos.	a. Discussão dos procedimentos operacionais e do status do plano de trabalho do Comitê;	4. Controladoria Os processos de contabilização das principais operações são altamente automatizados, havendo pouca intervenção manual. Os saldos contábeis são conciliados com os registros auxiliares e não foram apuradas diferenças significativas, o que permite assegurar a sua consistência. As estimativas contábeis são feitas de acordo com critérios usualmente aceitos.
É responsabilidade da Administração a elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as leis e regulamentos vigentes no Brasil, a definição e manutenção de controles internos adequados para garantir a qualidade e integridade das informações financeiras, bem como, as de controles e gerenciamento de riscos.	b. Auditoria Interna – discussão do plano de trabalho para o exercício de 2018 e dos relatórios emitidos;	5. Demonstrações Financeiras O Comitê revisou as demonstrações financeiras da Seguradora relativa ao exercício de 2018, bem como os respectivos relatórios da Administração.
As avaliações do Comitê são efetuadas com base nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento dos controles internos e de riscos, além de suas próprias análises.	c. Auditoria Externa – discussão do plano de trabalho e dos aspectos relacionados aos procedimentos de independência e qualificação dos Auditores Externos, bem como, dos relatórios emitidos e dos resultados alcançados decorrentes da auditoria das demonstrações financeiras do exercício de 2018;	6. Conclusão Com base nas atividades desenvolvidas, conforme acima exposto, o Comitê recomenda ao Conselho de Administração da ZURICH BRASIL SEGUROS S.A. a aprovação das demonstrações financeiras, relativas ao exercício de 2018. São Paulo, 27 de fevereiro de 2019.
	d. Controladoria – discussão dos processos de contabilização, avaliação das estimativas contábeis, consistência dos saldos contábeis e dos relatórios gerenciais;	Membros Julio de Albuquerque Bierrenbach Helio Fernando Leite Solino Luiz Roberto Cafarella
	e. Revisão das demonstrações financeiras do exercício de 2018.	
	2. Auditoria Interna O Comitê apreciou o plano de trabalho desenvolvido pela auditoria interna para o exercício de 2018 e os relatórios gerados. O Comitê considera que os trabalhos propostos e realizados pela auditoria interna para o exercício de 2018, mostram-se suficientes.	

continua ...

Zurich Brasil Companhia de Seguros
Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Aos Acionistas e Administradores da Zurich Brasil Companhia de Seguros

Escopo da Auditoria: Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção da Zurich Brasil Companhia de Seguros (Sociedade) em 31 de dezembro de 2018 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Responsabilidade da Administração: A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Seguros Privados – SUSEP.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos,

tes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Outros Assuntos: No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019.

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
 CNPJ/MF nº 02.646.397/0001-19
Carlos Eduardo Silva Teixeira – CIBA 105 MIBA 729

bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.
- Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes – CRC 2SPO00160/O-5
Maria José De Mula Cury
 Contadora CRC 1SP192785/O-4

Balanco Patrimonial em 31/12/2018		2017	2018	Balanco Patrimonial em 31/12/2018		2017	2018	Demonstração de Resultado		2017	2018
Ativo	10.386.738,67	12.693.794,11	12.693.794,11	Passivo	10.386.738,67	12.693.794,11	12.693.794,11	Receita Operacional Bruta	29.922.914,42	29.650.403,38	29.650.403,38
Ativo Circulante	9.434.194,00	11.631.612,12	11.631.612,12	Passivo Circulante	4.945.217,07	6.373.780,90	6.373.780,90	Vendas Mercadorias Matriz/Filiais	29.922.914,42	29.650.403,38	29.650.403,38
Disponível	399.071,77	1.108.863,87	1.108.863,87	Exigível	3.768.423,96	4.163.940,15	4.163.940,15	(-) Impostos	5.179.676,27	5.210.074,62	5.210.074,62
Caixa	46.471,91	121.554,54	121.554,54	Fornecedores Nacionais	2.040.397,00	3.496.542,33	3.496.542,33	(+) Devoluções	855.482,64	941.442,62	941.442,62
Bancos	222.878,21	527.678,16	527.678,16	Contas a Pagar	187.422,57	25.479,32	25.479,32	Lucro Operacional Líquido	23.887.755,51	23.498.886,14	23.498.886,14
Aplicações Financeiras	129.721,65	459.631,17	459.631,17	Pró Labore a Pagar	1.301,79	147,18	147,18	(-) Custo Mercadoria Vendida	15.814.248,43	15.484.281,63	15.484.281,63
Realizável Curto Prazo	3.599.986,28	4.637.097,84	4.637.097,84	Provisão para Férias	314.682,74	346.550,70	346.550,70	Lucro Operacional	8.073.507,08	8.014.604,51	8.014.604,51
Duplicatas Receber	3.465.853,58	3.746.304,87	3.746.304,87	Seguros a Pagar	27.446,65	28.384,03	28.384,03	(-) Despesas Administrativas	4.582.579,29	5.095.798,32	5.095.798,32
Outras Contas a Receber	94.925,16	852.287,78	852.287,78	Salário a Pagar	120.317,27	113.740,05	113.740,05	(-) Despesas Vendas	133.801,28	171.462,42	171.462,42
Prêmio de Seguro	39.207,54	38.505,19	38.505,19	Dividendos a Pagar	1.076.855,94	153.096,54	153.096,54	(-) Despesas Financeiras	424.989,57	364.029,41	364.029,41
Estoques Produtos Acabados	5.435.135,95	5.885.650,41	5.885.650,41	Exigível Curto Prazo	1.176.793,11	2.209.840,75	2.209.840,75	(-) Depreciações	332.198,26	298.575,17	298.575,17
Mercadorias em Estoque	5.423.905,21	5.884.893,14	5.884.893,14	Contribuição Assistencial Recolher	1.117,18	1.815,83	1.815,83	(+) Receitas Financeiras	238.900,46	1.632.591,56	1.632.591,56
Mercadorias Poder Terceiros	68.606,68	93.013,21	93.013,21	ICMS a Recolher	166.542,84	-24.070,43	-24.070,43	Lucro Antes Contribuição Social	2.838.839,14	3.717.330,75	3.717.330,75
(-) Mercadorias de Terceiros	-57.375,94	-92.255,94	-92.255,94	PIS a Recolher	13.351,05	12.650,38	12.650,38	Lucro ou Prejuízo do Exercício	2.838.839,14	3.717.330,75	3.717.330,75
Ativo Imobilizado	952.544,67	1.062.181,99	1.062.181,99	IRRF a Recolher	50.616,82	57.810,09	57.810,09	Demonstração Fluxo de Caixa em 31.12.2018	2.018	2.018	2.018
Investimentos	27.180,54	27.180,54	27.180,54	IRPJ a Recolher	127.719,10	133.131,33	133.131,33	(+) Lucro Líquido do Exercício		3.717.330,75	3.717.330,75
Incentivos Fiscais EMBRAER	5.723,39	5.723,39	5.723,39	Contribuição Social a Recolher	71.770,40	74.874,48	74.874,48	+ Ajustes		-38.560,18	-38.560,18
Incentivos Fiscais FINAM	7.173,50	7.173,50	7.173,50	Outras Obrigações a Recolher	101,45	1.909,52	1.909,52	(+) Depreciação		298.575,71	298.575,71
Direito Uso de Linha Telefônica	14.283,65	14.283,65	14.283,65	ISS a Recolher	422,20	13,13	13,13	Ajustes Variações das Contas do Ativo e Passivo Operacional (Exceto as Contas do Caixa/Banco/Aplicações)		-280.451,59	-280.451,59
Imobilizado Geral	925.364,13	1.035.001,45	1.035.001,45	Empréstimos Bancários	590.000,00	1.800.000,00	1.800.000,00	(+) Variação Duplicatas a Receber		-280.451,59	-280.451,59
Custo e Correção	3.484.520,50	3.553.673,84	3.553.673,84	COFINS a Recolher	61.621,17	66.695,90	66.695,90	(-) Perdas/Ganho Vendas de Bens Imobilizado		-235.961,20	-235.961,20
(-) Depreciação	2.559.156,37	2.518.672,39	2.518.672,39	INSS a Recolher	65.024,15	63.883,99	63.883,99	(-) Variação dos Estoques		-450.514,46	-450.514,46
Demonstração da Variação do Capital Circulante Líquido				FGTS a Recolher	20.881,75	20.626,53	20.626,53	(-) Variação dos Fornecedores		1.456.145,33	1.456.145,33
Ativo Circulante	9.434.194,00	11.631.612,12	12.197.418,12	Adiantamento Clientes	7.625,00	500,00	500,00	(+) Variação do Contas a Pagar		-1.091.890,27	-1.091.890,27
Passivo Circulante	4.945.217,07	6.373.780,90	1.428.563,83	Patrimônio Líquido	5.441.521,60	6.320.013,21	6.320.013,21	(+) Variação Obrigações Fiscais		-172.489,93	-172.489,93
Capital	4.488.976,93	5.257.831,22	768.854,29	Capital Social	2.550.000,00	2.550.000,00	2.550.000,00	(+) Variação Obrigações Trabalhistas		-26.798,70	-26.798,70
Demonstração das Mutações				Reserva de Capital	45.544,61	45.544,61	45.544,61	1. Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	3.175.385,46	3.175.385,46	3.175.385,46
	Capital	Acumulado	Reserva	Acumulado	Reserva Incentivos FINOR	7.137,85	7.137,85	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Saldo	2.550.000,00	-	-	2.550.000,00	Lucro do Exercício	2.838.839,14	3.717.330,75	(+) Recebimento de Venda Imobilizado		-504.867,01	-504.867,01
Lucro Exercício	3.717.330,75	-	-	3.717.330,75	Demonstração do Lucro Acumulado em 31.12.2018			(-) Aumento do Imobilizado		-178.790,67	-178.790,67
Reserva de Capital	-	45.544,61	45.544,61	Saldo Inicial	2.838.839,14	2.838.839,14	2.838.839,14	2. Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamento	-683.657,68	-683.657,68	-683.657,68
FINOR	-	7.137,85	7.137,85	Lucro/Prejuízo do Exercício		3.717.330,75	3.717.330,75	Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Totais	6.267.330,75	0,00	52.682,46	6.320.013,21	Ajuste dos Lucros		0,00	(-) Empréstimos Obtidos		1.210.000,00	1.210.000,00
					(-) Dividendos Distribuídos		2.838.839,14	(-) Pagamentos de Dividendos		-2.838.839,14	-2.838.839,14
					Total		3.717.330,75	Diminuição do Dividendo a Pagar		-153.096,54	-153.096,54

Notas Explicativas: 1. Operação: As atividades da Empresa compreendem, basicamente, a exploração da atividade comercial no ramo de vendas de Rolamentos, acoplamentos e outros produtos dentro do seguimento de peças e componentes para indústria e outros afins. 2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as NBC instituídas pelo CFC, já Adaptada às novas mudanças estabelecidas pela Lei 11.638/2007. 3. Principais práticas contábeis: a) Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência; b) Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, não superando o valor de mercado; c) Ativo Imobilizado: É demonstrado ao custo de aquisição como determina a legislação do I.R. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear, as taxas que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens, considerando as taxas determinadas pela legislação do IR. As aplicações financeiras, foram registradas ao custo de aquisição, acrescidos de rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço patrimonial. d) Obrigações sociais e impostos e contribuições a recolher: Os débitos com as obrigações sociais e impostos e contribuições estão demonstrados pelos valores originais. e) Os investimentos, estão representados pelo aumento do imobilizado e diminuído das depreciações; f) Demais ativos e passivos: são demonstrados reais. g) O capital social é representado, por 2.550.000 ações de valor nominal de R\$ 1,00 cada, dividido em 1.912.500 ações ordinárias e 637.500 ações preferenciais. h) A demonstração de lucros e perdas foi apurado trimestralmente e consolidado pela formação do resultado de acordo como determina a legislação do IR, e as normas atuais de contabilidade. 4. Em função da nova Lei 11.638/2007, foi incorporados ao Balanço o DFC, que está demonstrado pelo método indireto que indica todas as movimentações dos fluxos das atividades operacionais de investimentos e financiamento da empresa.

Diretoria: **Ovimar Margiote** - Diretor Presidente e Financeiro
Carmencita Margiote de Castro - Diretora Secretária

Carlos Alberto Moreira da Silva - Contador - CRC 102.123 SP.
Celso Margiote - Diretor Comercial

um serviço com a excelência Imprensa Oficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Acesse e descubra
certificadodigital.imprensaoficial.com.br

Conheça o nosso novo portal de certificados digitais
 Mais facilidade e agilidade na compra de seu certificado

COMPRAR
UM CERTIFICADO

CLIENTES
DE GOVERNO

RENOVAR
MEU CERTIFICADO

INSTALAR
MEU CERTIFICADO

TENHO
UM VOUCHER

SUPORTE
TÉCNICO